

AS POLÍTICAS DE PREPARO: LIBERALIZAR SUJEITOS, SINCRONIZAR EXISTÊNCIAS

André **Bocchetti** – UFRJ

Agência Financiadora: FAPESP

Resumo

O artigo analisa as políticas de preparo – formas sociais pelas quais são modificadas as compreensões, percepções e disposições do sujeito frente à ideia de elaboração de seu próprio existir –, tomando como principais bases os cursos *A Hermenêutica do Sujeito* e *O Nascimento da Biopolítica*, proferidos por Michel Foucault no *Collège de France*. Partindo-se da noção grega de *paraskheue* (preparo), são debatidos o sentido dado pelos gregos do período helênico a tal conceito, e algumas das racionalidades que passam a permeá-lo, muitos séculos mais tarde, com o advento do neoliberalismo. Sob tal contexto, são então explorados os sentidos contemporâneos atribuídos à ideia de preparação dos sujeitos, no que se refere às temporalidades e formas de governo de si que funda, a partir de reportagens veiculadas por uma magazine de grande circulação em território brasileiro e de discursos educacionais oficialmente apresentados pela UNESCO. Parece evidente que ambas as fontes, distanciando-se de modelos de preparo associados à construção de uma estética de si não-normalizante, enunciam traços de políticas de preparo laborais e moralizadoras, transformando a busca da vida plena em anseios por uma existência mercadologicamente aceitável.

Palavras-chave: Políticas de preparo – Formatividade – Cuidado de si – *Homo oeconomicus*.

AS POLÍTICAS DE PREPARO: LIBERALIZAR SUJEITOS, SINCRONIZAR EXISTÊNCIAS

*Glória a ti, jovem! Os teus anos de aprendizado
terminaram; a natureza te absolveu.*
(Goethe)

A frase que anuncia ao Wilhelm Meister de Goethe o fim de seus anos de formação é hoje, dois séculos após ser proferida, de enunciação impossível¹. Sua inaceitabilidade se constitui no interior de um conjunto de movimentos discursivos que imprimem à noção de formatividade o *status* fundamental de “infinita”, e talvez seja algo produtivo caminhar na direção contrária da naturalização dessa ideia de formação eterna, buscando compreender a maneira pela qual se constituiu certo *dispositivo formativo*: “mingau que mistura o visível e o enunciável” (DELEUZE, 2005, p. 47) de uma época que, incidindo sobre a noção de formatividade, deu-lhe uma série de contornos, sendo a infinitude tão somente um deles.

O olhar atento sobre os anseios formativos contemporâneos é exercício, obviamente, complexo, e já desenvolvido por inúmeros autores². O intuito aqui é o de, somando-se a essas vozes já múltiplas, realizar uma análise focada no que podemos considerar um elemento fulcral na constituição da formação, aos moldes daquilo que hoje se vislumbra: a noção de *preparação*, consubstanciada por meio de *políticas de preparo*, se por isso compreendermos a construção de certas formas sociais pelas quais são modificadas as compreensões, percepções e disposições do sujeito frente à ideia de elaboração de sua própria existência. Políticas, portanto, compreendidas como movimentos de governo das subjetividades, no interior de práticas culturais que, aliadas a uma discursividade de natureza educativa, atuam de modo mais ou menos institucionalizado no governo dos sujeitos, por seu ordenamento e organização social (POPKEWITZ, 2001).

A ideia de preparo constitui uma importante ligação entre a constituição de uma *natureza subjetiva apriorística* – seja ela compreendida como ignorância, imaturidade ou incapacidade – e um *ideal formativo*, viabilizando portanto um ciclo educativo que, independentemente de sua abrangência, define espaços e tempos de elaboração das existências individualizadas ou coletivas. Tal noção fortalece, ainda, uma segunda ligadura, igualmente fundamental, entre o governo de si e o governo do outro no âmbito dos processos educativos, ora traduzida na relação entre mestre e discípulo, ora entre *expertises* e público leigo, para citar apenas dois exemplos. Está, portanto, no cerne daquilo que Foucault definiu como governamentalidade, esse

¹ “Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister” foi publicado por Goethe entre os anos de 1795-1796 (MAZZARI, 2009).

² Como bons exemplos de análises cujos referenciais teóricos se aproximam dos aqui eleitos podem ser destacados os estudos de Noguera-Ramirez (2011) e, no âmbito específico da formação docente, as reflexões de Popkewitz (2001).

“encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT, 2007, p. 2), a partir do qual se associam os sujeitos e as institucionalizações por eles constituídas, como o próprio Estado. Reside aí, portanto, a relação entre as razões de governo mais amplas e as individualidades de uma época.

Mas há ainda um terceiro elemento que justifica as empreitadas analíticas em torno da noção de preparo: o modo como tal produção modifica as diferentes formas de temporalidade pelas quais o sujeito se relaciona com os outros e, principalmente, consigo mesmo. O sujeito a formar vive sempre imerso em um regime de temporalidade capaz de lhe prescrever ritmos e intensidades formativas. Nesse sentido, o preparo pode ser também encarado como um sincronizador social, “marcador” e, portanto, produtor “de tempo e de sentido” (PINEAU, 2003, p. 180) que permeiam os processos de formação.

Ciclagens, governabilidades e temporalidades são então fundadas de acordo com os resultados das disputas entre diferentes políticas de preparo. Movimentos que, desde antes do início de nossa Era, inauguram formas de relação consigo que, ao ser observadas, explicitam modos sempre plurais de investimentos sobre as condutas dos sujeitos.

A *paraskheú* greco-romana e o preparo no contexto de uma estética da existência

Em seus últimos cursos no Collège de France, Foucault declara seu interesse maior no estudo da relação do sujeito com a verdade. O historiador se inquietava, àquele momento, com o modo pelo qual os gregos, já desde e sobretudo a partir de Sócrates, elaboravam saberes sobre eles mesmos, gerando a partir dali “técnicas específicas” utilizadas pelos homens para “compreenderem aquilo que são” (FOUCAULT, 2007, p. 2).

De largada, a analítica foucaultiana em torno das relações sujeito-verdade realizada sobretudo a partir do curso *A Hermenêutica do Sujeito* (FOUCAULT, 2006) se foca na noção de cuidado de si (*epiméleia heautoû*) densamente narrada pelo texto platônico de *Alcibíades*. Em Platão, tal conceito comparece claramente limitado quanto a sua forma, subsumido à noção de “conhecimento de si” e a sua prática, reservada aos jovens aristocratas que se preparavam para governar a cidade. Mas, nos dois séculos iniciais de nossa Era, algumas escolas helênicas, sobretudo os estoicos, irão realizar inversões fundamentais na estrutura da *epiméleia heautoû*, fazendo de tal cuidado algo

que, por um lado, ultrapasse a ideia do simples “conhecer-se”, tomando também a forma de atividades e exercícios práticos e, por outro, escape do interesse estrito pelo governo da *polis*, vindo a tomar, como principal foco, não a governança do espaço social, mas a própria relação consigo, em uma espécie de “autofinalização” (p. 104). Cuidar do eu, mediante a realização de inúmeros exercícios cotidianos – como a meditação, a escuta e a escrita, entre outros – passava a ser o mote, no estoicismo, de uma cultura de si que já ali se espalhava e se universalizava (idem).

A que tipo de verdade irá apontar, então, esse cuidado, estruturante na relação consigo, na medida em que ele se desloca da atenção à cidade para a própria atenção a si mesmo? Foucault assinala que um dos principais anseios, nos exercícios sobre si propostos pelos mestres estoicos aos seus discípulos, é o de levar o sujeito a “querer livremente” (p. 163), o que em textos como os de Sêneca aponta para um querer que não se determine nem pelos acontecimentos externos nem, tampouco, pelas próprias (e enganosas) inclinações, mas pura e simplesmente pela busca do “domínio e posse de si” (p. 165). O eu a ser constituído, aqui, se diferenciará, então, do modelo platônico anterior, no qual o acesso à verdade se constituiria pela lembrança das reminiscências vistas pela alma em contato com as essências; e se diferenciará, igualmente, de um modelo cristão que, perdurando fortemente até o século XVI, constituirá uma circularidade entre Verdade (do Texto sagrado) e conhecimento de si, alcançável somente mediante a renúncia a si mesmo. A transformação estoica do cuidado de si, via sua autofinalização, imprimirá, ao contrário, um caráter estético à busca da verdade, doravante instalada na possibilidade de “fazer da própria vida uma obra”, alheia a regras, mas plena de um discurso verdadeiro que lhe afeta – o alcance da verdade estará, então, submetido antes de tudo à incorporação, por meio de exercícios sobre si mesmo, de mensagens selecionadas pelo sujeito em busca de seu aperfeiçoamento. Não uma “objetivação de si num discurso de verdade” (p. 401), como na discursividade cristã que se avultará nos séculos seguintes, mas a “subjetivação do discurso (que se faz) verdadeiro” (p. 400) na própria experiência do sujeito. Fundação de uma *estética da existência* que levará Foucault a, anos mais tarde, declarar sua certeza de que não se poderia “encontrar qualquer normalização (...) na ética dos estoicos” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 254), sendo ela uma questão de escolha pessoal, e pautada no desinteresse em fornecer qualquer modelo universal de comportamento.

É no contexto desta ética estoica que se situarão as reflexões foucaultianas no debate em torno da noção de *paraskheué* (preparo). No interior de uma estética de si,

a preparação de si mesmo se dará principalmente pela capacidade de ajustar-se ao imprevisto no momento em que ele se dá, “não [porém] de maneira a superar os outros, nem de maneira a superar a nós mesmos” (p. 388), mas como forma de tornar-se mais forte, tão somente, do que aquilo que pode vir a acontecer. Tal fortalecimento dar-se-á tão somente a partir de exercícios capazes de incrustar no espírito os princípios razoáveis de comportamento dos quais se aproxima o sujeito, convertendo-os em convicções perenes mas, mais do que isso, em “matrizes de ação” igualmente estáveis, capazes de fazer funcionar as respostas mais convenientes aos acontecimentos da vida. Na medida em que a *paraskheué* se constitui nessa relação entre mensagens e comportamento, diz Foucault, será ela “o elemento de transformação do *logos* em *êthos*” (p. 394), lugar de encarnação, no sujeito, das verdades que, por meio de suas próprias decisões, o constituem.

A preparação comparece, portanto, desvinculada de um discurso moral em torno de verdades apriorísticas. Delas afastado, o preparo assume a função de tornar o homem, tão somente, menos permeável ao (mau) acontecimento vindouro. Mas vale lembrar, aqui, que não se trata de um exercício de pensamento sobre o porvir, visto pelos próprios estoicos com desconfiança. Em sua aula de 24 de março, ao discutir a prática de exercícios de preparo diante dos males – a *praemeditatio malorum* –, Foucault argumenta que tais práticas, antes de se constituírem em atividades pautadas na construção representacional de situações futuras, são exercícios de atualização, de realização da própria possibilidade do mal por meio de experiências que permitam-no avivar-se no sujeito, mas de modo bastante peculiar, por um curioso exercício de redução do mal àquilo que realmente é, factualmente, quando destituído da representação de quem o espera. Por ele, a espada a ferir não será mais do que um instrumento a causar uma ferida breve, a dor não será mais do que algo suportável e, se não o for, se dará na brevidade inerente ao momento da morte. Portanto, uma “presentificação do porvir” (p. 572), de fato, que não se dará no entanto pela imaginação, mas por sua negação, capaz de reduzir a realidade do mal ao mínimo possível.

O “preparo” com que se depara Foucault no desvelamento de certas artes de viver do mundo greco-romano se dá por meio de uma *lógica não-concorrencial*, pautada unicamente no interesse em superar o acontecimento que justifica a preparação; por uma *busca estética*, relacionada a uma forma de belo viver eleita pelo próprio sujeito e acessada na encarnação/afetação de si mesmo pelas mensagens que a

compõem; e pela *presentificação do tempo do acontecimento*, possibilitada pela atualização experiencial que simplifica as dificuldades possíveis. Tais elementos contrastam com o modelo cristão que, ao objetivar uma certa forma de subjetividade no interior de um discurso de universalidade, (1) constitui uma forma de Verdade a ser encontrada por meio de uma ascese detalhista, profusa no esquadramento do tempo e das práticas, com seus “manuais” focados na explicação dos exercícios a serem praticados a cada instante (FOUCAULT, 2006, p. 512); (2) provoca certa concorrência consigo mesmo, fundamental na eliminação daquilo que afasta o sujeito da Verdade, por meio de um “conhecimento purificador do coração” (p. 311); (3) focaliza o preparo do sujeito em um porvir que, consubstanciado na salvação cristã, se resolverá tão somente no futuro alcançado além da vida ou na imortalidade (idem). *Liberção estética e no tempo presente*, por um lado; *conformação moral e voltada ao futuro*, por outro. Nos séculos seguintes àqueles que marcaram a cultura helenística narrada por Foucault, será em favor deste segundo modelo que toda uma discursividade em torno do preparo irá se constituir.

O *homo oeconomicus* e o preparo no contexto neoliberal

A objetificação do sujeito, traçada no interior de uma certa moralidade cristã, e suas relações com a ideia de preparo, aqui estudada, será de certa maneira reificada em um processo historicamente bem mais recente. A partir sobretudo do século passado, com o advento de uma razão de Estado essencialmente mercadológica também narrada em estudos foucaultianos, novos elementos discursivos, portadores de um sentido moral peculiar, constituem um horizonte de fortalecimento da noção de preparação bastante distinto daquele vislumbrando nos primeiros séculos da nossa Era, e já um tanto diferente do modelo cristão que a este se seguiu, de certa forma visível na ascensão do neoliberalismo norte-americano comentado por Foucault em *O Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2008).

No âmbito de seus estudos genealógicos acerca das formas de governo sobre os outros – anteriores, por sinal, às suas análises mais contundentes sobre o cuidado de si na cultura antiga – Foucault propõe o redelineamento de uma figura que, no contexto do modelo neoliberal proposto por pensadores americanos, parece particularmente profícua na análise das novas formas de se conceber o preparo, às quais se submetem comumente os sujeitos a partir desse momento histórico. Discutindo diretamente a

ascensão do liberalismo em sua vertente estadunidense – que, mais do que um sistema econômico, é “toda uma maneira de ser e pensar” (FOUCAULT, 2008, p. 301) – o autor francês localiza a importante imagem do *homo oeconomicus*.

Foucault compreende que o elemento central da vertente neoliberal que se espalharia pelo mundo a partir de seu surgimento, no século XX, é a tentativa de “reintroduzir o trabalho no campo da análise econômica” (p. 303), após sua excessiva abstração pelo liberalismo clássico, já criticada por Marx. Nesse contexto, movimentos como a Teoria do Capital Humano (TCH), proposta por Theodore Schultz nos anos 1960 na Universidade de Chicago, teriam reintroduzido a questão trabalhista no cerne da conduta humana. De fato, ao incluir tudo aquilo que o homem acumula em si mesmo – a “riqueza humana”, dirá Schultz – no interior dos cálculos econômicos (LOPEZ-RUIZ, 2007), a TCH realizou um importante movimento na colocação do que viria a ser, para Foucault, uma das questões centrais do neoliberalismo: a de “saber como quem trabalha utiliza os recursos que dispõe” (p. 307).

Reposicionado no centro das análises, a figura do homem trabalhador, vislumbrado na teoria liberal clássica sobretudo como objeto de oferta e procura por sua força de trabalho, alça a condição de sujeito economicamente ativo. Nesse processo, a problematização em torno da questão do trabalho se desloca, pois do ponto-de-vista do sujeito sua força de trabalho não será uma abstração, mas o agenciamento de suas aptidões com a renda delas derivada – relação entre “máquina” subjetiva a gerenciar, em suas capacidades e produtividade, e “fluxos” salariais a adquirir, dirá Foucault (2008, p. 308). O novo *homo oeconomicus* se torna uma “espécie de empresa de si mesmo” (p. 310), a gerenciar a si mesmo e aos resultados financeiros que derivam de sua própria atuação. E os estudos foucaultianos irão mostrar como, a partir da emergência do neoliberalismo, é toda uma forma de compreender a figura do Estado e dos indivíduos que estará permeada por lógicas *prioritariamente* mercadológicas; não somente uma questão de ideais privatizantes, mas uma dispersão de racionalidades de mercado que, ao se espalharem, introduzem temáticas associadas à ampliação das condições de viabilidade econômica e da gestão do tempo útil nos interstícios do comportamento humano.

O que a figura neoliberal do *homo oeconomicus* parece fundar, portanto, é uma nova “interface do governo e do indivíduo” (p. 346) pautada na generalização da “forma econômica de mercado” (p. 333), dando ênfase à um *dispositivo mercadológico* capaz de se constituir como base dos olhares mais individualizados sobre as existências

contemporâneas. E é aqui que a noção de preparo parece particularmente profícua a alguns investimentos emergentes, na medida em que a realidade e a própria vida, a partir de critérios mercadologicamente aceitáveis, devem ser então minimizadas, no processo de preparação da própria existência diante do mundo, enquanto descontinuidades aleatórias e intempestivas, e potencializadas como sequências sistematizáveis de eventos ante as quais surge um homem (auto)programável e de uma vez por todas avesso ao inesperado.

Ecos temporais de uma preparação mercadologicamente viável

É na interface entre ciclos, governos e temporalidades que a noção de preparo continuará a atuar, ao menos desde a aparição de sua vertente greco-romana analisada por Foucault. Mas, haja visto seu anseio moderno de produção de sequencializações e continuidades gerenciáveis nas existências individualizadas, parece particularmente profícua a realização de análises capazes de realizar uma mirada que se dê a partir das *temporalidades* inventadas na preparação dessas vidas intensamente gerenciáveis. Como nos lembra Peter Pál Pelbart, “o tempo contém uma infinidade de mundos” (2007, p. XVII), de modo que lidar com as racionalidades temporais construídas nas políticas de preparo contemporâneas pode ser um exercício que permita a identificação de nuances da realidade elaborada pelas estratégias de governo das subjetividades a preparar. Construções que trazem consigo ao menos três movimentos fundamentais, mapeados a partir da análise das racionalidades presentes em reportagens veiculadas por uma importante magazine semanal no Brasil³, e igualmente visíveis em documentos oficiais associados especificamente à área educacional, veiculados pela UNESCO.

Primeiro movimento: a urgência necessária

A primeira operação temporal reificada no interior da noção neoliberal de preparo está pautada no encolhimento do tempo aceitável entre um acontecimento formativo e outro na existência do sujeito. A partir de teorizações como a TCH, nos lembra Lopez-Ruiz (2007), instaura-se uma corrida onde “tudo ou quase tudo se torna

³ Trata-se da *Revista Veja*. As análises aqui apresentadas foram realizadas a partir de matérias veiculadas entre os anos de 1990 e 2013, identificadas com a sigla “Rep” entre parêntesis.

objeto de investimento” (p. 402) e na qual cada pessoa é capaz de ampliar suas habilidades por meio de “investimentos constantes” (p. 410). Na base dessa sempre veloz empreitada está a qualificação inerentemente ligada ao próprio ato formativo. A reportagem que se debruça, por exemplo, sobre a importância dos jogos eletrônicos na vida das crianças (Rep_14, 1992, p. 91-94), legitima o diagnóstico especializado capaz de afirmar, na voz de um psicólogo, que “sem o contato com os jogos a criança vai estar em desvantagem social”, uma vez que “as crianças precisam dessas habilidades para sobreviver em um mundo cada vez mais tecnológico e baseado em computadores” (p. 94). É, portanto, em favor de um preparo pautado na urgência social que se colocarão discussões como essa. Mais do que simplesmente concorrencial, a luta continua e urgente em favor da preparação se dará contra um verdadeiro déficit social, um despreparo diante daquilo que já está dado como necessário, aos moldes do que Rose (1998) considera uma das bases contemporâneas do governo das almas: o “desconforto gerado por um julgamento normativo sobre a distância entre aquilo que podemos nos tornar e do incitamento oferecido para superar essa discrepância” (p. 44).

De natureza eminentemente social, os discursos em favor do preparo surgidos nas páginas da revista em questão estão comumente atrelados à construção de enunciados focados em mudanças tidas como necessárias. Por meio de leituras que frequentemente associam realidades globais instáveis a necessidades emergenciais de novos comportamentos, surjem elementos que fortalecem o sentido laboral das existências a preparar: alertas como o de que “a economia que se constrói sobre as ruínas tem muitos lugares, mas eles estão reservados a quem possuir energia e disciplina para seguir as constantes mudanças de rumo” (Rep_20, 1993, p. 90) convivem com indicações de caminhos para um preparo mais pleno e eficaz. A figura de um mundo em constante transformação legitimará a análise apta a afirmar que “nos últimos quinze anos as empresas mudaram tão radicalmente que os especialistas em administração se referem a esse período como anos revolucionários (Rep_23, 1994, p. 88); e permitirá também o estabelecimento de correlações com transformações pessoais, solicitadas em matérias que não deixam de pontuar um sempre visível contexto alarmante de existência profissional e as possíveis saídas individualizadas em meio a ele:

Para o cidadão, o mergulho (provocado pelas mudanças nas empresas) foi assustador. Se ele já não perdeu o emprego para um código de barras, está ameaçado por exigências desconhecidas. Querem que fale inglês fluente, pois o manual, o cliente ou o fornecedor são estrangeiros. Esperam – ou, melhor, exigem – que saiba lidar com computador, seja criativo, flexível, inquieto. Isso quando não perguntam ao candidato a uma vaga se ele, por acaso, teve a

interessante experiência de viver alguns anos no exterior (Rep_31, 1998, p. 68).

Tal tipo de discursividade, por sinal, se espalha para bem além das matérias de uma revista; no âmbito das produções educacionais mais formais, por exemplo, ela surge igualmente na compreensão da UNESCO (1998) de que é a “diversidade, a complexidade e o caráter mutável das necessidades básicas de aprendizagem” (p. 03) que estarão na base da exigência por uma redefinição contínua do alcance do preparo formativo, diante de uma realidade tão mutável; algo que permite derivar, em outro de seus documentos, o diagnóstico fundamental do mundo-desafio a vivenciar: “As novas demandas da sociedade e as expectativas de crescimento profissional requerem, durante toda a vida do indivíduo, uma constante atualização de seus conhecimentos e de suas habilidades” (UNESCO, 1999, p. 21).

Segundo movimento: a eterna insuficiência

Junto à urgência do preparo, opera um movimento, dessa vez de expansão temporal máxima, pautado na constituição de uma eternidade posta como igualmente inquestionável, cuja ascensão coincide com o próprio advento do neoliberalismo, alimentada pela constituição de uma *insuficiência fundamental* que reverbera nas existências subjetivas como exigência de perenização dos processos de preparação focados na viabilidade mercadológica dos indivíduos. “Agora, mais do que antes”, já dirá Frederic Taylor (1970), “a procura dos competentes excede a oferta” (p. 26), e sobre tal lógica de escassez das capacidades se constituirá a necessidade de uma preparação interminável das existências individuais.

A necessidade de preparo se torna infinita, em primeiro lugar, diante da constituição de uma complexidade das exigências formativas que torna inaceitável tudo o que não possui um dinamismo efervescente. Se a vida, antes de tudo laboral, “resume-se atualmente a um aprendizado constante” (REP_55, 2004, p. 88) é porque sobre ela se pôde constituir não só um repertório inesgotável de saberes, mas com ele um ideal formativo necessariamente complexo, que obriga a uma preparação constante:

O funcionário que não fala inglês não sobe de posto (...) os ignorantes em informática não conseguem mais ser bons médicos, advogados, bibliotecários, secretárias ou vendedores de passagens aéreas. (...) As empresas querem empregados flexíveis. (...) Outra exigência atual é rotulada pelos consultores empresariais de “curiosidade” (Rep_23, 1994, p. 91).

(...) as companhias querem gente bem informada, que tenha flexibilidade para trabalhar em áreas diferentes e saiba resolver problemas antes mesmo que eles despertem a atenção do chefe. O perfil desejado é do sujeito ambicioso, crítico, criativo, que faz com que todos se mexam a sua volta (Rep_26, 1996, p. 117).

Surge, então, nas bases do preparo interminável, uma moral constituída a partir de um *curriculum vitae* mínimo sempre suficientemente amplo e que aponte para capacidades que exijam uma preparação sem limites e de difícil contorno, como “flexibilidade”, “curiosidade”, “conhecimento de mercado” e “cultura geral”. No limite, trata-se aqui de uma colonização curricular de toda a existência, que converte cada momento da vida em uma etapa de preparo rumo a um ideal produtivo por sua inalcançabilidade. Não será surpresa, então, que até mesmo a corriqueira impossibilidade dos pais, hoje em dia, de estar com os filhos cotidianamente será lida como uma “oportunidade para o desenvolvimento das crianças”, o que em parte “é verdade, já que elas aprendem a tomar decisões e a resolver pequenos problemas sem a ajuda de adultos” (Rep_16, 1993, p. 57), algo obviamente necessário à vida futura, qualificada em termos laborais.

Há um elemento inerente às racionalidades de eterno preparo que parece grandiosamente responsável por sua produtividade: a instauração de uma *insegurança irresolúvel* no preparo individual, que promove a atenção direta e contínua sobre si mesmo e cuja operação fundamental é a desqualificação do preparo do indivíduo diante da realidade global. Se há sempre que se falar em novas necessidades do mundo contemporâneo, é porque a partir delas se pode afirmar, por exemplo, que as tais exigências globais “estão cristalizadas no ambiente das empresas, e é melhor que os estudantes brasileiros se armem para a cobrança” (Rep_20, 1993, p. 89). A realidade se torna, em princípio, reativa àqueles que não se colocam cotidianamente em formação, em um movimento pautado na desqualificação do presente em honra de um porvir que, alcançado, será novamente desvalorizado – “em muitas empresas, demitem-se operários antigos, treinados para tarefas repetitivas em máquinas rudimentares, e contrata-se gente com nível de escolaridade maior para operar equipamentos mais novos e complexos” (Rep_23, 1994, p. 88), dirá uma dessas reportagens-alerta, repleta de números comparativos de escolaridade e sua relação com o quantitativo de trabalhadores nas empresas.

Terceiro movimento: o pacto contingente

A última operação aqui analisada, possibilitada pelas atuais políticas de preparo, diz respeito à instauração de certo tipo de participatividade social. Nem de caráter eterno, nem tampouco puramente comprimido na urgência, tal apelo instaura uma contingência ligada às necessidades ditas “coletivas”, que por serem contínuas e mutantes jogam o sujeito em um jogo de atenção máxima e colaborativa, pautado no já discutido binário estabelecido entre crises mais ou menos globalizadas e mudanças individualizadas, dessa vez agrupadas sob a ênfase da participação.

As solicitações ao preparo participativo se fundam em movimentos que encontram na união de todos suas bases mais profícuas. Todos devem estar juntos pela “educação continuada durante a vida”, dirá a UNESCO em um de seus documentos (1999): “ministérios (...), empresários, sindicatos, organizações não governamentais e comunitárias e grupos indígenas e de mulheres têm a responsabilidade de interagir e de criar oportunidades”, e a esse grupo se poderiam incluir ambientalistas, especialistas em comunicação, consultores para o uso das tecnologias da informação, na lista infinita de parcerias construídas em torno da questão da gestão das existências por um mundo melhor.

A colaboração é, em primeiro lugar, convertida em instrumento maior de correção dos rumos da sociedade; afinal de contas, “o país inteiro, não apenas suas elites, precisa do impulso educacional, para que a sociedade toda possa desgarrar-se do pântano da pobreza” (Rep_13, 1991, p. 46). Enquanto pela mensuração do perigo do despreparo individual se mantêm sujeitos governáveis a partir da questão da insegurança, é pela incitação a participação que a mesma insegurança parece funcionar, em termos de agrupamentos sociais.

Daí deriva um segundo resultado dos discursos de participação, que parece ser a constituição de enunciados que apontam para a natureza necessariamente sistêmica das ações propostas. Já que “a educação não é uma tarefa apenas do governo, tem de envolver as comunidades, os professores, os alunos e os pais e só pode se solidificar se o país como um todo tomar consciência de que sem boas escolas todos sairão perdendo” (Rep_12, 1991, p. 31), importa que se constituam “sistemas integrados”, compreendendo-se, por tal conceito, duas ideias. Em primeiro lugar, a de agrupamentos institucionais voltados às resoluções das questões associadas à formação, uma vez que “alianças efetivas contribuem significativamente para o planejamento, implementação,

administração e avaliação dos programas”, sendo elas parte fundamental de “um enfoque abrangente” e “um compromisso renovado” (UNESCO, 1998, art. 7); é nesse sentido, por exemplo, que o elogio do documento oficial do Marco de Dakar assinalará sua publicação concomitante à aprovação do Plano Nacional de Educação como uma “feliz coincidência” (UNESCO/CONSED, 2001, p. 5), na medida em que este “estabeleceu a elaboração de planos decenais estaduais e municipais de educação para todos”, em um movimento de geração de um sistema de implementação e acompanhamento das metas por ele definidas. Em segundo lugar, a noção de “sistemas integrados” aponta para a valorização de ferramentas de acompanhamento “complementar, interativo e de padrões comparáveis” (UNESCO, 1998, art. 5), que convertem as parcerias em grupos de indivíduos focados na construção e manutenção de sistemas avaliativos.

O caráter sistêmico que adquirem os esforços coletivos em torno da formação lança a noção de preparo em um contexto estatístico e matematicamente quantificável, dando à própria noção de coletividade uma base individualizante, que se dá pela definição de um ideal a ser alcançado – a partir da produção de médias que procuram expressar em termos numéricos as aquisições formativas fundamentais para todos –, seguido pela atenção individualizada a partir da qual cada um dos sujeitos de uma população pode mensurar a si mesmo. Algo bastante distinto, portanto, de uma coletividade já debatida por Durkheim (1960), que em suas análises aos finais do século XIX sobre os fatos sociais trata o fenômeno coletivo como algo que se dá por combinações de ações individuais donde “se tenha desprendido um produto novo” (p. XXXI), jamais resumível ao simples somatório de individualidades. Contemporaneamente, estamos mais próximos de um coletivo um tanto estranho, constituído em uma sociedade na qual “o emergir da individualidade assinalou um progressivo enfraquecimento, a desintegração ou destruição dessa rede de vínculos sociais que amarrava com força a totalidade das atividades da vida” (BAUMAN, *op. cit.*, p. 31). Em um olhar que é primeiro “de todos para cada um”, o que parece se despotencializar é a atenção às forças advindas dos vínculos estabelecidos e daquilo que deles, intempestivamente, pode emergir; a coletividade se torna tão somente um agregado de sujeitos atentos ao seu próprio preparo que, de maneira individualizada, se constituem em meio aos grupos.

A valorização da individualidade no meio coletivo funciona em duas camadas. A primeira delas é aquela dedicada ao sujeito em seus anseios isolados de

preparação. Ela provoca frequentemente um desestímulo direto aos empreendimentos comuns e às formas como, a partir deles, se organizam os arranjos sociais (BAUMAN, 2001). Mas há outro processo de isolamento possível, dessa vez efetivado pelo tipo de operação discursiva, “central para governar as diferenças”, que converte especificidades em identidades (BAMPI, 2007, p. 33), como no caso da matéria que, ao fundar o grupo das “crianças superprotegidas”, pode argumentar que cada uma delas tende a ser “medrosa”, “manhosa”, “insegura” e “dependente”, podendo se tornar um adulto “egoísta”, “individualista”, “com dificuldade de relacionamento” e “de fazer escolhas” (Rep_82, 2010, p. 114). Juntos, esses dois níveis de organização individualizante tornam profícuos os sentimentos de colaboratividade, solidariedade e tolerância que operam no interior das políticas de preparo.

Inquietações finais: Políticas contemporâneas de preparo e conformação das subjetividades

Urgente. Eterno. Participativo. Os adjetivos que rondam a noção de preparo soam, como não poderia deixar de ser, em consonância com uma discursividade já ampla que passeia pelos campos da educação e do trabalho. Mais do que isso, emprestam à relação entre ambos um modelo no qual a forma laboral, alçada a uma condição moral, passa a conduzir as próprias existências a serem (auto)formadas.

O que parece evidente é que análises que sejam capazes de aproximar as leituras genealógicas dos estudos foucaultianos sobre a questão do liberalismo e das teorias que a ele se seguiram com as reflexões sobre certas formas éticas nascidas bem antes que a ascensão das razões de Estado podem ainda ser profícuas na construção de pistas acerca do modo como nos tornamos sujeitos na contemporaneidade. O choque entre formas de visibilidade postas em ação em períodos históricos distintos é um exercício de enunciação das lutas que, em torno de determinados saberes, constituem os discursos de verdade de uma época. Sob tal aspecto, ao nos debruçarmos diante da noção de preparo, foi possível perceber a secundarização de um modelo pautado na invenção estética de si em honra de outro, constituído a partir da atenção moral sobre a própria conduta, por meio de movimentos históricos que análises de cunho genealógico, que em muito ultrapassam o escopo deste texto, bem poderiam delinear. De qualquer modo se trata, neste fortalecimento de certo tipo contemporâneo de preparação, da emergência de certos saberes que, contrastados com o anseio helênico da *paraskheué*,

muito têm a nos dizer sobre os novos potenciais dessa interface entre o governo sobre si mesmo e sobre os outros que as políticas de preparo desenvolvidas sobretudo a partir da ascensão do modelo neoliberal puderam trazer.

Os potenciais do preparo neoliberal são, em primeiro lugar, aqueles que apontam para a reificação do trabalho, sobretudo pela constituição de um sujeito trabalhador que se tornará, no século XX, o elemento de maior investimento dos discursos econômicos, agora, transformados em comportamento individual a verificar. A ascensão desse *ethos* mercadológico marcado pela figura foucaultiana do *homo oeconomicus* aponta para a atenção a um conhecimento de mundo que, também para os gregos, só se legitima quando o saber buscado encarna o próprio sujeito; mas se entre as escolas helênicas estudadas por Foucault o conhecer necessário à ascese está associada “à modalidade do saber da natureza enquanto filosoficamente pertinente para a prática de si” (FOUCAULT, 2006, p. 291), na preparação contemporânea o foco está na busca pelas próprias nuances de mercado que passam a traduzir a “boa existência” por meio de critérios como efetividade e produtividade, estejam eles associados à vida estritamente associada ao trabalho ou não.

A existência, analisada incessantemente em termos laborais, remete também a outro potenciais presentes nos discursos de preparo atuais, associados à fundação de uma nova moralidade que, em seu cerne, se afasta do olhar sobre si mesmo a partir de um estilo de vida, tão presente entre os gregos, para se pautar no tempo sempre escasso da urgência; que surge a partir da insegurança inerente ao despreparo sempre existente, ao invés de se fortalecer pela superação constante do acontecimento a ser vencido, como na estética helenística; que se justifica na atualização de um futuro comumente tenebroso, ao invés de se pautar na presentificação do porvir que limita as representações sobre ele.

De natureza laboralizante e moralizadora, as políticas de preparo hegemônicas na atualidade constituem um aparente paradoxo. Ao se afastarem da estética autofinalística presente no período helênico, se encontram com uma normalização sempre pautada em discursos de verdade que objetivam certas formas de ser sujeito, idealizando-as. E curiosamente, por meio desse olhar voltado ao externo – que de alguma forma parece retomar o sentido de preparo cristão, voltado a uma Verdade que é agora a do Mercado –

, possibilitam tempos de profunda individualização, mesmo que a partir de supostas coletividades. A “existência laboralmente aceitável”, versão moderna da “boa forma de

vida”, é sempre uma jornada individual, mas de atenção às moralidades neoliberais que devem referenciar o olhar do sujeito sobre si mesmo. Preparar-se é hoje, antes de tudo, viabilizar-se mercadologicamente, e talvez devamos nos inquietar com isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAMPI, L. Ordenando poder-saber: produção de identidades e hierarquização de diferenças. *Educação e Realidade*, n. 32(1), jan/jun 2007, p. 25-42.
- BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARDOSO, I. A. R. Foucault e a noção de acontecimento. *Revista de Sociologia da USP*, n 7(1-2), São Paulo, outubro/1995, p. 53-66.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DREYFUS, H; RABINOW, P. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In.: _____. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 253-278.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *As técnicas de si*. Disponível na internet: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/technics.html. Acesso em 13/04/2007.
- _____. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GALLO, S. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In.: GONDRA, J; KOHAN, W. *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 177-190.
- LOPEZ-RUIZ, O. *Ethos empresarial: el “capital humano” como valor social*. *Estudios Sociológicos*, v. XXV, n. 2, mayo/agosto 2007, p. 399-425.
- MAZZARI, M. V. Apresentação. In: GOETHE, J. W. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 7-26.
- MOREY, M. Introducción. In: FOUCAULT, M. Michel Foucault. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1995.

- NOGUERA-RAMIREZ, C. E. *Pedagogia e governamentalidade ou Da Modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- PÁL PELBART, P. *O tempo não-reconciliado: imagens de tempo em Deleuze*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- PASSETI, E. Sociedade de Controle e abolição da punição. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, Jul/Set. 1999, p. 56-66.
- PERRENOUD, P. *Construindo competências – Entrevista com Philippe Perrenoud*. Disponível na internet: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2000/2000_31.html. Acesso em: 13/11/2012.
- PINEAU, G. *Temporalidades e Formação*. São Paulo: Triom, 2003.
- POPKEWITZ, T. S. Uma perspectiva comparativa das parcerias, do contrato social e dos sistemas racionais emergentes. In.: TARDIF, M; LESSARD, C. *O ofício do professor: história, perspectivas e desafios internacionais*. Petrópolis, RJ: 2001, p. 234-254.
- _____. *Lutando em Defesa da Alma*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ROSE, N. *Governing the soul: the shaping of the private self*. London/New York: Free Associaton Books, 1999.
- _____. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. (Org.) *Liberdades Reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 30-45.
- TAYLOR, F. *Princípios da Administração Científica*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1970.
- _____. *Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos – Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro*. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.
- _____. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem – Jomtien, 1990*. Unesco, 1998. Disponível na internet: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>.
- UNESCO/CONSED. *Educação para Todos: o compromisso de Dakar*. Brasília: Ação Educativa, 2001.